

Dentro da faixa: a disputa de emissoras migrantes AM-FM por espaços no rádio brasileiro

Within the Band: The competition among migrating AM-FM broadcasters for space in brazilian radio

Dentro de la Banda: La disputa de emisoras migrantes AM-FM por espacios en la radio brasileña

João Cubas Martins; Maíra Rossin Gioia de Brito; Valquíria Michela John; José Carlos Fernandes

Resumo

O artigo aborda a migração AM-FM, com foco nas rádios brasileiras que receberam concessões na faixa estendida (76 – 87.3 MHz) e que desejam mudar suas frequências para a faixa tradicional (87.5-108 MHz). O estudo, baseado na Teoria Crítica da Tecnologia de Feenberg (2005), demonstra que evolução tecnológica está ligada a contextos sociopolíticos, uma vez que não há espaço para todas as emissoras. Foram analisados 81 pedidos de 43 empresas à Agência Nacional de Telecomunicações para mudança de frequência, nos quais as rádios devem comprovar que a frequência proposta não interfira em outras. No total, 34 pedidos foram aprovados. Esse movimento mostra que a migração impacta o mercado e a recepção do público nos aparelhos antigos, que não têm a faixa estendida. Por

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 30/10/2024. Aceito em: 20/12/2024

>> Como citar este texto:

MARTINS, João Cubas; BRITO, Maíra Rossin Gioia de; JOHN, Valquíria Michela; FERNANDES, José Carlos. Dentro da faixa: a disputa de emissoras migrantes AM-FM por espaços no rádio brasileiro. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 03, p. 112-133, set./dez. 2024.

Sobre a autoria

João Cubas Martins

joaocubas@ufpr.br

<https://orcid.org/0000-0002-9981-1959>

Relações Públicas formado pela PUCPR e Jornalista formado pela UFPR. Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

Maíra Rossin Gioia de Brito

mairargioia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1501-5478>

Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP) com especialização em Comunicação Organizacional e mestrado em Estudos de Linguagens pela UTFPR. Atualmente é doutoranda em Comunicação na UFPR e coordenadora do Núcleo de Jornalismo da Agência Escola UFPR.

Valquíria Michela John

vmichela@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3463-6528>

Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS.

isso, a digitalização das transmissões poderia mitigar os desafios enfrentados pelas rádios brasileiras que passam por um período de novas definições, como o rádio expandido (Kischinhevsky, 2016) e hipermediático (Lopez, 2010).

Palavras-chave: Convergência Tecnológica; Rádio Expandido; Faixa estendida; Migração AM-FM

Abstract

The article addresses the AM-FM migration, focusing on Brazilian radio stations that have been granted licenses in the extended band (76 - 87.3 MHz) and wish to change their frequencies to the traditional band (87.5-108 MHz). The study, based on Feenberg's Critical Theory of Technology (2005), demonstrates that technological evolution is linked to sociopolitical contexts, as there is not enough space for all broadcasters. A total of 81 requests from 43 companies to the National Telecommunications Agency (Anatel) for frequency changes were analyzed, in which the radio stations must prove that the proposed frequency does not interfere with others. In total, 34 requests were approved. This movement shows that migration impacts the market and public reception on older devices that do not have the extended band. Therefore, the digitization of transmissions could mitigate the challenges faced by Brazilian radio stations undergoing a period of new definitions, such as expanded radio (Kischinhevsky, 2016) and hypermediatic (Lopez, 2010).

Keywords: Technological Convergence; Expanded Radio; Extended Band; AM-FM Migration.

Professora do PPGCOM e da graduação do Decom/UFPR. Vice-líder do grupo Nefics. Coordena o grupo Obitel UFPR, integrante da Rede Obitel Brasil. Atua na Agência Escola de Comunicação Pública e Divulgação Científica da UFPR e no Programa Interinstitucional Ciência Cidadã na Escola. Bolsista PQ2 CNPq. É vice-presidente da Compós.

José Carlos Fernandes

zecafernandes1964@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8629-2301>

Professor do curso de Comunicação Social - Jornalismo e docente permanente do Programa de Pós- Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Possui doutorado e mestrado em Estudos Literários pela UFPR, especialização em História da Arte no Século XX pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná. É graduado em Filosofia pelo Cearp (1985), Jornalismo pela UFPR e Gravura pela Escola de Belas Artes do Paraná (1993).

Resumen

El artículo aborda la migración AM-FM, con un enfoque en las emisoras de radio brasileñas que han recibido concesiones en la banda extendida (76 - 87.3 MHz) y que desean cambiar sus frecuencias a la banda tradicional (87.5-108 MHz). El estudio, basado en la Teoría Crítica de la Tecnología de Feenberg (2005), demuestra que la evolución tecnológica está ligada a contextos sociopolíticos, ya que no hay espacio para todas las emisoras. Se analizaron 81 solicitudes de 43 empresas ante la Agencia Nacional de Telecomunicaciones (Anatel) para el cambio de frecuencia, en las cuales las radios deben comprobar que la frecuencia propuesta no interfiera con otras. En total, 34 solicitudes fueron aprobadas. Este movimiento demuestra que la migración impacta el mercado y la recepción del público en dispositivos antiguos que no tienen la banda extendida. Por ello, la digitalización de las transmisiones podría mitigar los desafíos enfrentados por las radios brasileñas que atraviesan un período de nuevas definiciones, como la radio expandida (Kischinhevsky, 2016) y el hipermediático (Lopez, 2010).

Palabras clave: Convergencia Tecnológica; Radio Expandida; Banda Extendida; Migración AM-FM.

Em busca da sobrevivência

Em um cenário de convergência tecnológica, Ferraretto (2014) enfatiza o desafio do rádio em ser relevante em meio a tantas outras opções de acesso à informação. Aplicativos fornecem dados sobre a previsão do tempo e o trânsito, as entrevistas ficam disponíveis em *podcasts* em qualquer horário e as músicas preferidas estão salvas em diversos dispositivos.

São inquietações das últimas duas décadas, crescentes à medida que a euforia das então novas tecnologias de informação e comunicação oferecem gama significativa de alternativas em comparação à aparente pequenez do rádio, o mais antigo dos meios eletrônicos massivos (Ferraretto, 2014, p. 944).

O autor aponta que essas tecnologias não provocaram a derrocada do rádio, assim como a introdução da televisão nos anos 1950 também não acabou com o meio. Ferraretto (2014) lembra de uma característica que permanece: o rádio não oferece apenas informação, mas também a emoção, o sentimento de pertencimento e proximidade entre o emissor e a audiência, dirigindo-se aos ouvintes de maneira individual e concomitante com outras tarefas, devido à

portabilidade do receptor. O rompimento da noção de espaço que o rádio provoca, na visão do autor, ocorre “talvez não por uma ideia de comunidade baseada em quem se relaciona com um parente, um vizinho ou um amigo, mas, com menor risco de erro nesta assertiva, amparada em simulacros destas interações” (Ferraretto, 2014, p. 945).

Em outros tempos, a faixa AM, que foi onde o rádio surgiu no início do século XX, foi importante na disseminação de costumes, ideais políticos e democráticos e na construção cultural da integração nacional através do forte alcance de sinal, com predomínio das cidades interioranas e das características que davam ao rádio uma “experiência imersiva, coletiva e familiar”. (Del Bianco, 2018, p. 13).

Além da evolução de outros meios de comunicação, o rádio enfrentou adaptações tecnológicas dentro de sua própria maneira de transmissão. Até os anos 1970, quando a tecnologia de Frequência Modulada (FM) era utilizada apenas como uma ligação entre os estúdios de rádios AM (Amplitude Modulada) e as antenas transmissoras, substituindo linhas telefônicas. No Brasil, em 1973, o Ministério das Comunicações apresentou o Plano Básico de Canais em FM, incentivando a utilização dessa tecnologia. De acordo com Moreira (2007), esse movimento atendia a dois pontos em particular¹:

- a) A manutenção do controle do espectro radioelétrico pelo Estado - um dos pilares da política de segurança nacional, uma vez que o rádio era o ambiente de comunicação de massa mais acessível à população - e b) O incentivo oferecido à indústria eletrônica nacional. O investimento no momento da radiodifusão doméstica, concentrado na banda FM, teve notáveis consequências na indústria nacional fabricante de receptores. (Moreira, 2007, p. 93).

Nos anos 1980, com a expansão do rádio FM, que oferecia uma qualidade de som superior, as rádios passaram a investir em alcance e audiências

¹ El mantenimiento del control sobre el espectro radioeléctrico por parte del Estado - uno de los pilares de la política de seguridad nacional, ya que la radio era el entorno de comunicación masiva más accesible para la población y b) El incentivo ofrecido a la industria electrónica nacional. La inversión en momento en radiodifusente casero, concentrada en banda FM, tuvo notables consecuencias en la industria fabricante receptora nacional", no original.

segmentadas. As emissoras começaram a anunciar em outros meios e se vendiam como grandes intermediárias do negócio da música. Ter equipamentos de reprodução sonora para a escuta de rádio se tornou um fator de *status* e de promoção pessoal (Kischinhevsky, 2016, p. 64).

As estações em FM, beneficiadas por uma qualidade de áudio mais elevada, adotaram o modelo estadunidense, focado majoritariamente em programação musical. Por outro lado, as rádios AM se especializaram na prestação de serviços e nas transmissões esportivas, por meio de uma linguagem mais acessível e popular (Betti, 2015).

Nos anos 1990, o início das transmissões via-satélite significou uma quebra de paradigma na medida em que muitas emissoras do interior passaram a transmitir programações uniformes, no padrão dos grandes centros. Nesse contexto, restou às AMs o reforço na informação local (Farias; Zuculoto, 2017).

Na década seguinte, tiveram início as discussões sobre a digitalização das transmissões radiofônicas. Ao contrário do que aconteceu com a televisão, em que o processo de digitalização passou pela transmissão e recepção, o rádio manteve a evolução tecnológica apenas do estúdio para dentro. Fitas K7¹ deram lugar a modernos equipamentos de programação, em que muitas vezes a presença do locutor se torna dispensável. Porém, as decisões governamentais mostram que o setor ainda permanece aos sabores do mercado (Kischinhevsky, 2016). Para o autor, a escolha pela migração das rádios AM para o FM refletiu “a preocupação de assegurar espaço na maior base de receptores do país na atualidade - os telefones celulares” (Kischinhevsky, 2016, p. 57) e, em sua essência, o autor define a migração como de “analógica para analógica”.

Com estudos inconclusos sobre digitalização, o governo e as associações de empresários do setor, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), encontraram a alternativa de migrar para FM. O Decreto 8.139, assinado por Dilma Rousseff em 07/11/2013, definiu critérios para extinguir o serviço AM local (máximo 1 kW) e adaptar outorgas para FM. As emissoras AM tinham 12 meses para requisitar a adaptação, responsabilizando-se pelas taxas

de uso de radiofrequência estipuladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelo Ministério das Comunicações (Brasil, 2013).

Em 18 de março de 2016, a Rádio Progresso, de Juazeiro do Norte (CE), tornou-se a primeira emissora do país a migrar para a FM. Nos anos seguintes, os chamados mutirões do governo federal viabilizaram a assinatura da documentação da migração nos estados (Abert, 2023).

Desde a publicação do primeiro decreto, os prazos para solicitação de mudança de faixa foram estendidos até o final de dezembro de 2023. Vale esclarecer que, no início de 2024, várias estações AM permaneciam no ar, por pendências com o MCom em seus processos, ou por não terem feito o pedido para migração.

De acordo com dados da Abert, cerca de 1.720 emissoras pediram a mudança para o FM, das 1.781 outorgas existentes (Abert, 2024). O Mcom aponta que, até setembro de 2024, mais de 1.200 emissoras estejam com processo de migração concluído. A mudança da faixa AM para a FM ocorreu em maior número em estados do Centro-Sul do Brasil. Em números absolutos, São Paulo (221), Paraná (154) e Minas Gerais (148) são os estados com mais rádios na nova faixa (Anatel, 2024), conforme demonstra a Figura 1.

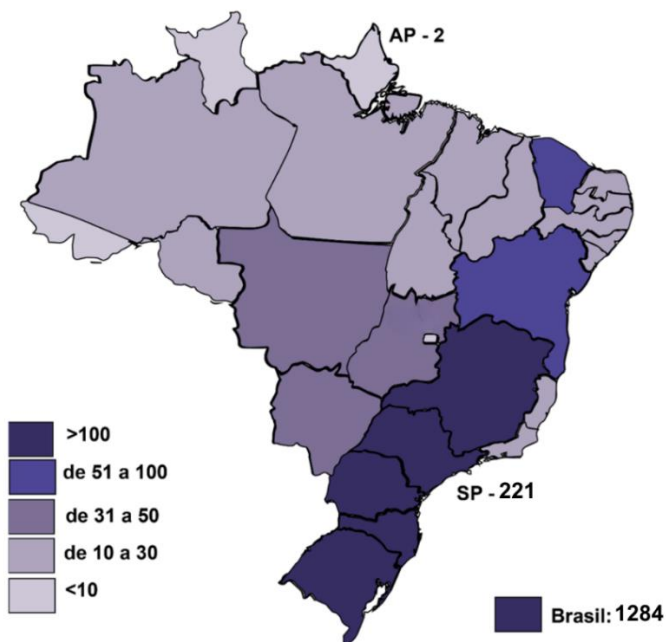


Figura 01 – Migração AM-FM em números absolutos de emissoras (set/2024)

Fonte: Os autores, com base em <https://bit.ly/3VhPmbd>. Acesso em 30/09/2024

A mudança não é obrigatória. As estações que não solicitaram a migração para o FM poderão continuar no ar em AM. O que será extinto é a categoria de AM local, ou seja, as estações de baixa potência, com até 1.000 Watts de potência. As locais que operam em AM e não desejam ir para o FM, deverão migrar para outras categorias de operação na faixa AM (regional e nacional). Neste último caso, de acordo com o Decreto 10064 (Brasil, 2021), o Mcom realizaria o reenquadramento das outorgas remanescentes.

Por fim, em outubro de 2023, é publicado o Decreto 11.739, que concede a emissoras de ondas curtas e tropicais adaptarem suas outorgas para a faixa FM. Elas terão seus canais incluídos “exclusivamente na faixa estendida e na menor classe estabelecida pela regulamentação técnica da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel” (Brasil, 2023), ou seja, se tornarão rádios locais, uma característica totalmente diferente das ondas curtas, que, em décadas anteriores fez o papel de integrar diferentes continentes por meio das ondas radiofônicas.

O rádio, com suas adaptações e limitações, ainda sobrevive como um importante meio de comunicação e contribui com a integração da sociedade. Conforme dados da Kantar Ibope Media, 79% dos habitantes de 13 áreas metropolitanas estudadas declaram escutar rádio, em média por 3h55min diárias. Na região de Curitiba, por exemplo, o percentual atinge 83,7%, com uma média diária de 3h32min. (Kantar Ibope Media, 2024).

A faixa estendida

O aumento da interferência nos aparelhos receptores e a produção cada vez menor de aparelhos que ofereçam a sintonia de emissoras AM motivaram o governo federal a estudar, nos últimos anos, a possibilidade de migração dessas emissoras para o FM. Com o advento dos dispositivos móveis, transmissão via satélite e a popularização das mídias de gravação e reprodução por *streamings*,

a sustentabilidade dessas frequências históricas ficou prejudicada.

A faixa estendida de FM (de 76 a 87.3 MHz), antes usada para TV analógica, foi a solução encontrada para acomodar emissoras AM migrantes em áreas de espectro congestionado, onde não há espaço entre 87.5 e 108 MHz.

O dia 07 de maio de 2021 marcou o início das transmissões na faixa eFM, no Brasil. Dez emissoras de rádio, localizadas em sete capitais brasileiras, foram autorizadas pelo Ministério das Comunicações (MCom) a emitirem seus sinais em caráter científico, ou seja, em menor potência do que a definitiva, por 60 dias. Após esse período, as emissoras poderiam irradiar as potências determinadas pelo MCom, que autorizou as transmissões em AM a continuarem concomitantemente às novas por até cinco anos após o início das transmissões em FM.

Em setembro de 2024, cerca de 40 estações brasileiras operam nesta faixa, sendo cinco novas concessões da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) e as demais que vieram da faixa AM, localizadas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Recife.

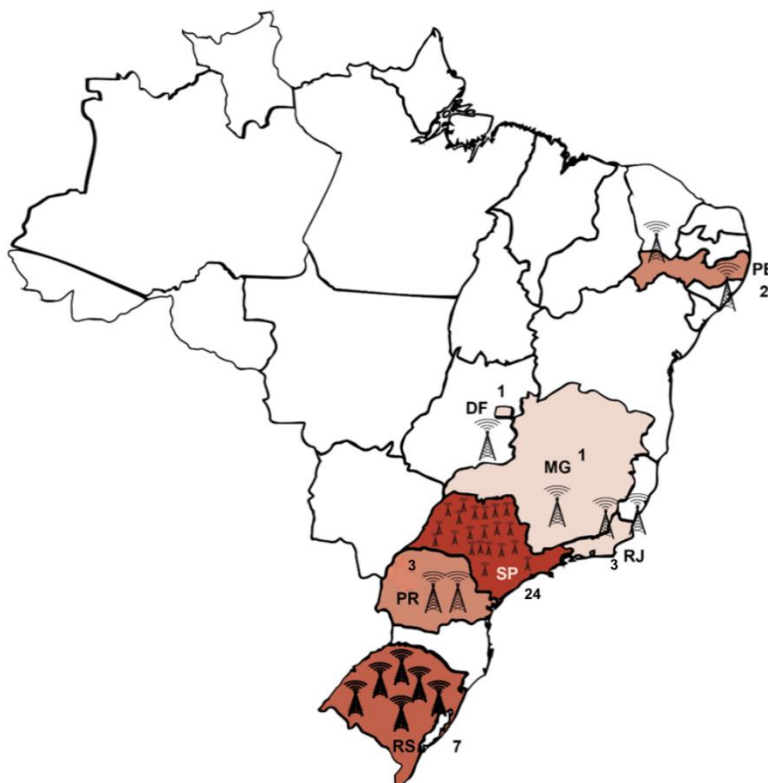


Figura 02 – Rádios FM operando em faixa estendida, por unidade da federação (set/2024)

Fonte: Os autores, com base em <https://bit.ly/3VhPmbd>. Acesso em 30/09/2024

Nos municípios que necessitaram utilizar a extensão da faixa (de 76 a 87.3 MHz) o MCom autorizou a transmissão concomitante da programação nas frequências FM e AM por até cinco anos e fomentaria condições para a adaptação dos aparelhos receptores (Betti, 2015, p.11). Porém, a realidade foi diferente da prevista. Em entrevistas com os gestores de cinco emissoras da Região Metropolitana de Curitiba, Martins (2024) identificou que as emissoras evitavam ir para a faixa estendida para garantir o acesso em aparelhos antigos, que não vem com as novas frequências. Outro fator envolve os custos para colocar uma nova emissora no ar, que em sua maioria, são maiores do que a capacidade financeira das empresas.

Dados do Ministério das Comunicações, obtidos pela *Revista Piauí*, corroboram esse cenário. Até o final de 2023, 156 emissoras AM locais decidiram fechar as portas. Ainda conforme a publicação, embora houvesse pedidos de ajuda ou incentivo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nenhum deles foi aceito para esse tipo de migração (Faddul, 2023).

Uma questão que parece apenas técnica ganha contornos políticos e mercadológicos quando o critério para as rádios migrarem ou não para a faixa estendida passa pelo seu local de concessão. Um dos critérios inicialmente adotados pelo Mcom é o de que todas as emissoras de determinado município migrariam para a faixa estendida caso não houvesse espaço disponível para elas na faixa tradicional. Em regiões metropolitanas, emissoras de municípios vizinhos às capitais passaram a ocupar a faixa tradicional, enquanto as da sede político-administrativa foram para a estendida. No Paraná, por exemplo, gestores de emissoras curitibanas não aprovavam o fato de coirmãs que tinham concessões de outros municípios estarem em condições iguais a de rádios consolidadas na faixa FM. Por outro lado, emissoras metropolitanas valorizam essa vantagem e se colocam como novas opções no mercado FM, afiliando-se, por exemplo, a redes de rádios já conhecidas em outros locais do Brasil e que já

passaram por Curitiba em outras frequências, como Antena 1 e Mix (Martins, 2024).

Desde o início das transmissões na faixa estendida, as emissoras têm tentado a troca de frequência para dentro da faixa tradicional. Por meio de pedidos feitos à Anatel, as empresas precisam provar que podem ocupar determinada frequência após 87.5 Mhz sem interferir em outras emissoras FM já existentes em regiões próximas. O foco de discussão neste artigo são essas solicitações que foram submetidas à análise documental e que será apresentada no item a seguir.

Antes, destaca-se que, em 2023, os pesquisadores Nair Prata, Nélia Del Bianco e Tito Ballesteros realizaram um estudo sobre o Rádio AM na América Latina. O cenário é similar ao brasileiro. Nos países vizinhos, a digitalização e a migração não avançaram a largos passos e o consumo do rádio AM segue residual. Ainda que a informação local se propague de forma muito rápida pela Internet, o rádio segue como um canal de confiança da comunidade, em especial em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, já que

O AM tem a virtude de chegar aos lugares mais remotos do território nacional, onde as OTTs, os podcasts e outras produções audiovisuais não são vistas, porque simplesmente não há Internet (Matías, 2023, p. 293)².

Nesse cenário, o fenômeno da migração AM-FM para a faixa estendida é um estudo que merece ser observado sob o aspecto tecnológico, da oferta de novas opções para os ouvintes, da mudança da relação destes com o meio e de uma escolha de ordem econômica, para os gestores (Prata; Del Bianco, 2018). Invoca-se nesta análise a Teoria Crítica da Tecnologia, de Andrew Feenberg (2005).

O autor mostra que as mudanças desencadeadas pelos dispositivos tecnológicos não se resumem às questões técnicas e convida a pensar a tecnologia como algo sociopolítico, uma vez que os mecanismos e as soluções

² No original: La AM tiene la virtud de llegar a los lugares más apartados del territorio nacional, ahí, donde las OTTs, los podcasts y demás producciones audiovisuales no se miran, porque simplemente no hay Internet

tecnológicas não dizem respeito apenas a uma eficiência diretamente relacionada aos equipamentos, mas a uma eficiência construída também e em parte por interesses sociais e políticos.

Portanto, seguindo o que traz Feenberg (2005), a tecnologia é utilizada em decorrência de estruturas de poder que influenciam e impactam o conhecimento e, conseqüentemente, a sua aplicação. Tais estruturas, para o autor, encaminham para um modo de vida diferente e assim foi durante, por exemplo, o desenvolvimento do rádio e outros adventos tecnológicos da área da comunicação.

Dessa maneira, a proposta aqui apresentada é analisar o objeto com tal atravessamento: de que a tecnologia - o mecanismo de concessão de frequência para a faixa estendida - não é algo usado apenas a partir do conhecimento gerado pela humanidade, mas também em decorrência das estruturas de poder que influenciam a sua aplicação e é preciso refletir a respeito das suas motivações e conseqüências.

O que se analisa

O presente estudo realiza a análise das solicitações de emissoras migrantes AM-FM para a faixa tradicional, após a concessão de frequência para a faixa estendida. Esses pedidos foram realizados após o início da política da migração e refletem o desejo dos radiodifusores de ocupar um espaço dentro da faixa tradicional de rádio FM, entre 87.5 e 108 Mhz. A Figura 2 representa as principais vantagens de estar neste espectro, de acordo com investigação de Martins e Fernandes sobre o assunto (2024).



Figura 03 – Fatores que influenciam os pedidos de mudança da FM estendida para a faixa tradicional.

Fonte: Os autores, com base em <https://bit.ly/3zWWGRv>. Acesso em 21/10/2024

Para investigar esse cenário, propõe-se uma análise documental. Sobre o assunto, Cellard (2008) destaca a necessidade de uma análise preliminar, que englobe a investigação do contexto, dos autores, da autenticidade e da confiabilidade do texto, bem como da natureza do próprio texto, dos conceitos-chave e da lógica interna presente nele. Gil (2010) explica que esses registros institucionais, provenientes de instituições governamentais, como projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões legislativas, sentenças judiciais, entre outros, são fontes úteis. Além disso, dados obtidos em arquivos de instituições não governamentais, como atas de sindicatos, relatórios de associações comerciais e industriais, deliberações de igrejas, discursos proferidos em convenções partidárias, entre outros, também podem ser valiosos para a pesquisa social. Já a análise propriamente dita tem como objetivo extrair informações relevantes que permitirão esclarecer o objeto de estudo e contribuir para a resolução dos problemas de pesquisa propostos.

Para este trabalho, foram utilizados dados disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Anatel. O SEI visa estabelecer uma

infraestrutura digital para documentos e processos administrativos públicos. Criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o sistema permite criar, editar, assinar e tramitar documentos internamente, facilitando a colaboração entre unidades distantes e agilizando processos. É a plataforma preferencial dos órgãos públicos brasileiros para gestão documental eletrônica (MGI, 2024).

O sistema oferece um módulo de consulta pública, que permite a usuários externos verificar processos administrativos que não contenham dados pessoais. Como nos relatórios para troca de frequência não constam dados dos solicitantes, a consulta é possível por meio dos processos nominados “Radiodifusão – Alteração de Plano Básico FM – Mudança de Canal”, conforme Figura 4.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
sei. Produção

Pesquisa Pública

Nº SEI (protocolo Processo/Documento):

Texto para Pesquisa: ?

Pesquisar em: Processos Documentos Gerados Documentos Externos

Interessado / Remetente:

Unidade Geradora:

Tipo do Processo: Radiodifusão: Alteração de Plano Básico FM - Mudança de Canal

Tipo do Documento:

Data entre: e

Pesquisar Limpar

Figura 04 – Acesso a consulta no SEI dos processos de alteração de canal FM.

Fonte: <https://bit.ly/3Yy0Zft>. Acesso em 21/10/2024

Por meio do SEI foi possível consultar os pedidos realizados entre outubro de 2022 e setembro de 2024. Esse marco temporal foi determinado por coincidir com o início destes pedidos, tendo em vista a consolidação do processo de

migração para a faixa de 87.5 a 108 MHz, mencionados anteriormente. Vale ressaltar que essas alterações de frequência em emissoras migrantes são feitas de forma residual e acontece com outras emissoras FM já estabelecidas na faixa tradicional, que desejem ampliar ou diminuir o alcance de seus sinais.

O presente estudo foca em solicitações de mudança de canal envolvendo a faixa estendida, majoritariamente saindo da faixa estendida para a tradicional, mas é importante registrar que algumas exceções foram executadas, autorizadas pelo governo, como trocas envolvendo empresas de um mesmo grupo e situações em que a troca solicitada foi dentro da faixa estendida.

Das mais de 1.200 emissoras migradas, 43 fizeram esse tipo de solicitação, o que é um número aproximado ao de emissoras que já estão no ar na faixa estendida. O pedido da “mudança de plano básico FM” é feito via SEI para a Agência Nacional de Telecomunicações, que após análise técnica autoriza (ou não) a mudança de frequência. Como as solicitações podem ser negadas e depois refeitas, esse conjunto resultou em 81 pedidos à Anatel.

Aqui, percebe-se a importância de uma análise que preceda a determinação com base em inferências e categorizações (Bardin, 2016) que reflitam o objeto a ser estudado, assim como a demarcação correta do corpus da pesquisa (em função da profundidade e da quantidade de dados a serem obtidos e do tempo disponível para análise). Com a documentação obtida via sistema, pôde-se elencar algumas categorias de análise para entender o processo dessa mudança: quantas solicitações, de quais estados, quantas vezes cada empresa fez esses pedidos e em quantas vezes o retorno foi positivo por parte da agência reguladora.

O que dizem os dados?

As 81 solicitações estão concentradas em sete unidades da federação (Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul). Isso se explica uma vez que as novas FMs na faixa estendida estão nestas regiões do país (conforme Figura 2). Nos outros estados, as novas emissoras foram acomodadas no *dial* já existente.

Dentre essas solicitações, 50 são do estado de São Paulo, que concentra o maior número de emissoras de rádio no país. Apenas nesse estado e no Rio de Janeiro aparecem cidades fora de regiões metropolitanas, o que mostra que o uso da faixa estendida nos demais estados está restrito aos grandes centros. A distribuição dos pedidos por estado e município de outorga estão dispostos na figura a seguir.

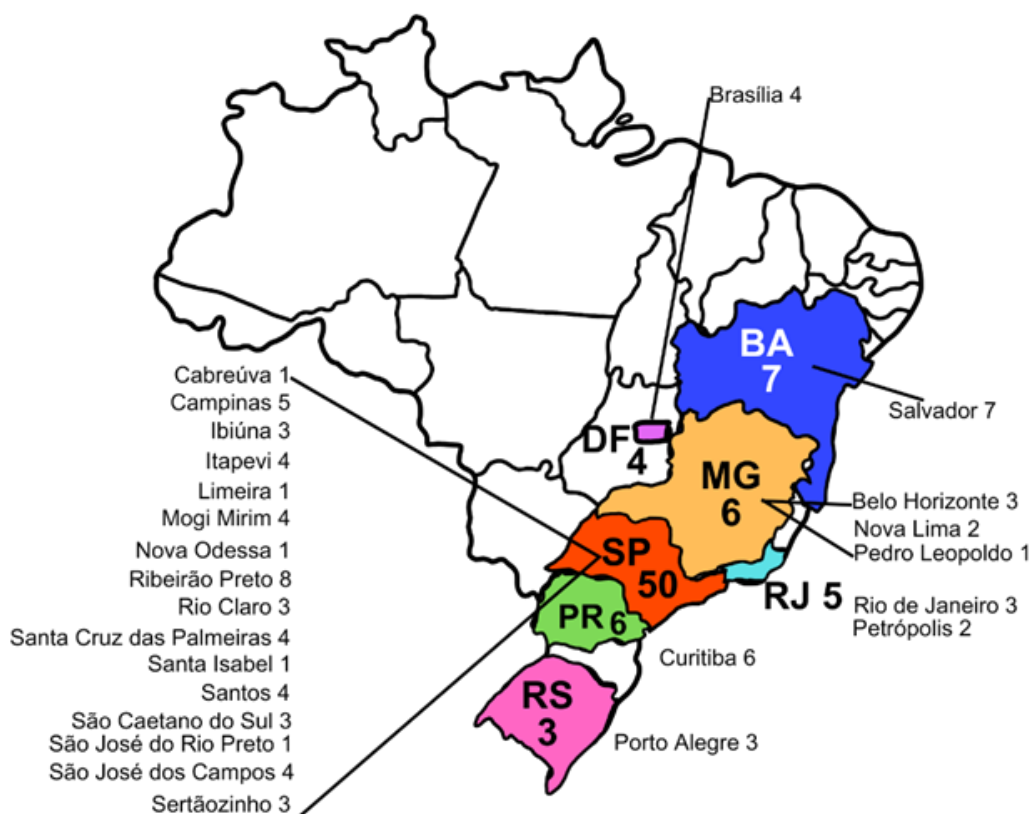


Figura 05 – Distribuição dos processos de saída da faixa estendida, por estado e município. .
Fonte: Os autores, com base em <https://bit.ly/3Yy0Zft>. Acesso em 21/10/2024

Das 43 empresas que solicitaram a mudança da faixa estendida para a tradicional, 26 conseguiram a autorização no primeiro pedido e outras 17 tiveram que fazer mais de uma solicitação, após respostas apontando interferências na transmissão de outras emissoras já existentes, por parte da Anatel. Dessas 17, oito fizeram dois pedidos, seis tiveram que pedir três vezes e outras três emissoras tiveram o pedido atendido após a quarta tentativa. Vale destacar aqui

a solicitação da empresa Campinas Radiodifusão LTDA que já fez cinco pedidos para a Anatel de mudança de frequência entre janeiro de 2023 e março de 2024, mas até o momento ainda não teve um retorno positivo da agência reguladora.

Na tabela a seguir, estão relacionadas todas as empresas solicitantes para alteração de canal, com o respectivo número de tentativas e o parecer da Anatel (se é viável ou se há interferências com outras emissoras) até a data de fechamento deste artigo (30 de setembro de 2024).

Tabela 1. Relação de empresas que solicitaram alteração de canal FM na faixa estendida entre outubro de 2022 e setembro de 2024

UF	INSTITUIÇÃO	Nª DE PEDIDOS	FREQUÊNCIA OUTORGADA NA MIGRAÇÃO	FREQUÊNCIA PROPOSTA	DATA DO(S) PEDIDO(S)	RESPOSTA ANATEL
BA	RÁDIO CRISTAL LTDA	1	76.9 MHz	98.7 MHz	04/07/2024	Viável
BA	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RÁDIODIFUSÃO JOSE JEREMIAS DE OLIVEIRA	1	78.5 MHz	95,5 MHz	22/07/2024	Viável
BA	FUNDAÇÃO DOM AVELAR BRANDÃO VILELA	4	80.1 MHz	106.7 MHz	24/04, 06/05, 27/05 e 09/08/2024	Viável
BA	RÁDIO CLUBE DE SALVADOR LTDA	1	76.1 MHz	88.3 MHz	24/09/2024	Sem resposta até o fechamento
DF	RÁDIO PANAMERICANA	1	76.9 MHz	107.5 MHz	24/07/2023	Viável
DF	RÁDIO BRASILIA LTDA	2	79.3 MHz	94.9 MHz	08 e 13/05/2024	Viável
DF	COMANDO DA MARINHA	1	76.5 MHz	95.7 MHz	29/08/2024	Viável
MG	LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO LTDA	3	80.9 MHz	96.1 MHz	24/03, 01/05 e 01/07/2024	Viável
MG	RÁDIO 880 LTDA	1	78.1 MHz	98.7 MHz	16/07/2024	Negado (interferência)
MG	RÁDIO AURILANDIA LTDA	2	76.1 MHz	94.5 MHz	11/04 e 16/04/2024	Viável
PR	RÁDIO EVANGELIZAR É PRECISO LTDA	2	84.1 MHz	90.7 MHz	04 e 14/12/2023	Viável
PR	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO	1	81.3 MHz	96.7 MHz	01/04/2024	Viável

	ROCIO					
PR	DIFUSORA OURO VERDE LTDA	2	85.9 MHz	101.9 MHz	22 e 30/04/2024	Viável
PR	LK RÁDIODIFUSÃO LTDA	1	79.3 MHz	89.7 MHz	26/09/2024	Sem resposta até o fechamento
RJ	RÁDIO DIÁRIO DE PETRÓPOLIS LTDA	2	91.1 MHz	84.9 MHz	14/03 e 08/04/2024	Viável
RJ	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA	2	84.9 MHz	91.1 MHz	21/03 e 08/04/2024	Viável
RJ	SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA METROPOLITANA LTDA	1	80.5 MHz	95.3 MHz	15/07/2024	Encaminhado para Mcom, por pedir aumento de potência
RS	RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA	3	84.9 MHz	93.3 MHz	17/10, 30/10 e 08/11/2023	Viável
SP	SISTEMA MAXI DE RÁDIODIFUSÃO LTDA - EPP	1	83.7 MHz	83.1 MHz	04/05/2024	Negado (interferência)
SP	CAMPINAS RÁDIODIFUSÃO LTDA	5	85.3 MHz	92.1 MHz	31/01, 21/06, 26/09 e 10/10/2023; 12/03/2024	Sem resposta até o fechamento
SP	CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	1	76.9 MHz	96.7 MHz	14/08/2024	Viável
SP	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RÁDIODIFUSÃO ARTHUR DE SOUZA VALLE (MOGI MIRIM)	1	78.1 MHz	86.9 MHz	11/07/2024	Negado (interferência)
SP	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RÁDIODIFUSÃO ARTHUR DE SOUZA VALLE (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)	1	83.3 MHz	97.7 MHz	28/08/2024	Viável
SP	FUNDAÇÃO JOSE DE PAIVA NETTO	3	85.9 MHz	107.1 MHz	12/03, 21/03 e 09/04/2024	Viável
SP	RÁDIO 31 DE MARCO LTDA-ME	4	81.1 MHz	88.3 MHz	15/05, 31/05, 03/07 e 05/08/2024	Negado (interferência)
SP	RÁDIO ATLANTICA LTDA	1	76.1 MHz	97.3 MHz	28/11/2022	Viável

Fonte: Os autores, com base em <https://bit.ly/3Yy0Zft>. Acesso em 11/10/2024

Trinta e quatro emissoras tiveram seu pedido de alteração de canal atendido. Porém, grande parte delas precisou fazer mais de uma vez, após retornos da Anatel que indicavam que a frequência pleiteada causava interferência em outras emissoras já estabelecidas. Após ajustes na potência ou na frequência, os pedidos são submetidos novamente.

A distribuição dos pedidos aprovados e a porcentagem em relação ao total de solicitações pode ser vista na figura abaixo.

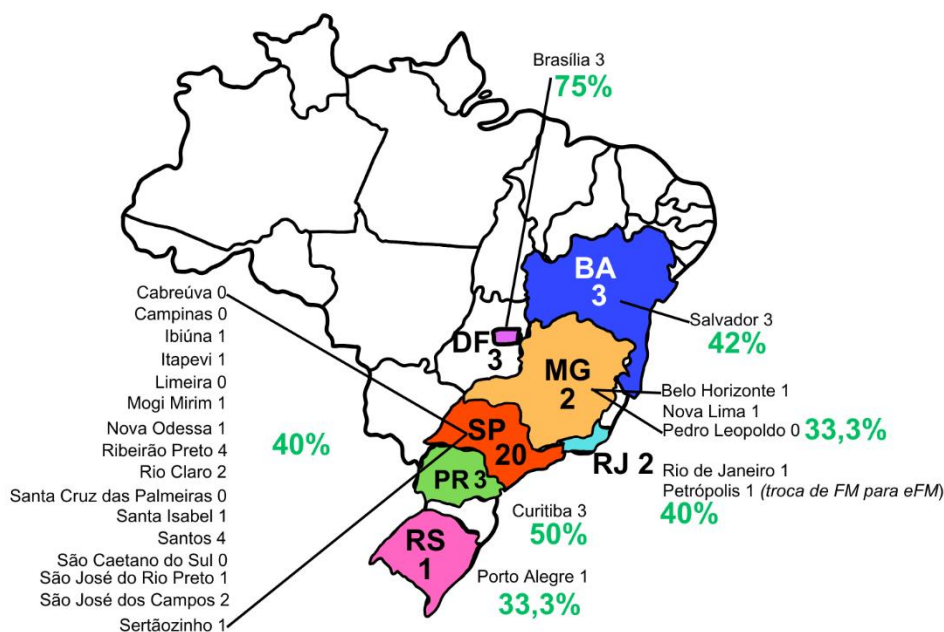


Figura 06 – Distribuição dos processos de saída da faixa estendida aprovados pela Anatel, por estado e município.

Fonte: Os autores, com base em <https://bit.ly/3Yy0Zft>. Acesso em 11/10/2024

Em 40% das solicitações (33) houve pedido de redução de potência, já prevendo essas interferências. Em outros 54% dos pedidos (44) a potência inicialmente consignada na migração é mantida. Esse aspecto é importante, pois uma das consequências da ida para o FM é a redução do alcance, uma vez que o sinal FM é mais concentrado do que o AM.

Há ainda pedidos de mudança de faixa da convencional para a estendida, em que houve troca entre duas frequências. No estado do Rio de Janeiro: 84.9 MHz (Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro LTDA, ex-AM) e 91.1 MHz

(Rádio Diário de Petrópolis LTDA, de Petrópolis). O objetivo era melhorar o sinal da 91.1 MHz na capital, ao transferir a frequência estendida para Petrópolis, a 60 km de distância. Ambas as emissoras pertencem ao Grupo Bandeirantes de Comunicação (Tudo Rádio, 2024). Outro caso é a da Rádio Evangelizar é Preciso LTDA, de Curitiba, que solicitou a mudança de 84.1 MHz para 90.7 MHz. Essa mudança envolveu a troca de um outro canal do mesmo grupo na Lapa, cidade da Região Metropolitana de Curitiba, de 90.9 para 103.1 MHz evitando assim uma interferência (Oliveira, 2023).

Há ainda os exemplos das empresas paulistas Sistema Maxi de Radiodifusão LTDA – EPP e Fundação Cultural de Radiodifusão Arthur de Souza Valle (de Mogi Mirim) que solicitaram mudanças dentro da faixa estendida. Essas mudanças podem estar associadas com outros pedidos de empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico para liberação de espaços no *dial*, porém não foram identificadas totalmente com os dados obtidos pelo sistema.

O fato é que não há frequências para que todas consigam mudar, o que limita essa possibilidade para poucas empresas. Basta exemplificar que, na Região Metropolitana de São Paulo, mais de dez emissoras já operam na faixa estendida e não há pedidos específicos delas para essa mudança. Isso vale para outras capitais, como Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em que as solicitações são feitas de maneira pontual, quando considerado o número de emissoras AM operando atualmente nessas cidades (11, 15 e sete, respectivamente).

Considerações

Todos os aspectos elencados neste estudo são importantes de serem observados, pois a migração AM-FM interfere na forma como o público recebe essas emissoras. Percebe-se a tentativa de não estar em uma faixa que não é captável em aparelhos mais antigos. Embora aqui foi possível observar um esforço em atender essas solicitações, a política da migração na faixa tradicional esbarra em critérios técnicos que não alcançam a plenitude dos interessados. Isso nos levar a afirmar que ainda vai faltar espaço e não haverá lugar para

todos. Esse improvisado para tentar garantir tal lugar, pode ser caracterizado pelos pedidos de migração, o que mostra que não houve um planejamento para que isso fosse feito anteriormente. Outra fragilidade desta política é que nem todas poderão ter espaço no dial tradicional, o que pode ser considerado injusto por empresários do setor (Martins, 2024).

A partir desse cenário, é possível afirmar que a mudança de faixa é apenas um aspecto que envolve a adaptação deste meio frente à inovação tecnológica, que por si só não é suficiente para abarcar toda a complexidade das mudanças que a convergência traz, já que as mudanças não se resumem às questões técnicas, conforme a Teoria Crítica da Tecnologia: devem também serem consideradas a cultura, o conhecimento compartilhado e o treinamento, para que os sistemas metabolizem as mudanças e administrem com eficácia as fases de descontrolado associadas às acelerações ditadas pela tecnologia (Dominici, 2021).

Por fim, reforça-se que o rádio brasileiro chegou ao século XXI com novas definições, como rádio expandido (Kischinhevsky, 2016) e hipermidiático (Lopez, 2010), e que tais definições foram pautadas pelas inserções de novas tecnologias e aprimoramento técnico. Mas a digitalização chegou a todas as etapas, menos à transmissão. Portanto, destacamos que a digitalização da transmissão - desafio até hoje não cumprido envolvendo a definição de qual formato de digitalização o país seguirá - poderia ser um caminho capaz de minimizar a reverberação aqui apresentada, quando é possível notar a situação crítica nas quais se encontram dezenas de emissoras que, numa tentativa de sobrevivência, se curvam em pedidos à agência reguladora em uma tentativa de garantir sua continuidade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. **Tudo sobre a Migração AM-FM**. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3xkpzoU>. Acesso em: 21 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (Distrito Federal). **Migração AM-FM**. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3YiqVKu>. Acesso em: 21 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70,

2016

BETTI, Juliana Gobbi. Migração das emissoras em amplitude modulada: as vozes do novo dial brasileiro. In: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência SulAmericana De Mídia Cidadã, 2015, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: Unesp, 2015. p. 1-15.

BRASIL. **Decreto nº 8139, de 07 de novembro de 2013**. Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, 105 sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências. Brasília, 08 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 10664, de 31 de março de 2021**. Altera o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço, e o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da Covid-19. Brasília, 31 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 11739, de 18 de outubro de 2023**. Dispõe sobre a adaptação facultativa das outorgas de execução do serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas e ondas tropicais para outorgas de execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Brasília, DF, 18 out. 2023.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

DEL BIANCO, Nélia. O ciclo da política pública brasileira de migração do rádio AM para FM: sustentabilidade, gestão do espectro e regulação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Aracaju, v. 20, n. 3, p. 7-25, dez. 2018.

DOMINICI, Piero. A transformação digital como transformação antropológica: a mudança do paradigma e os riscos de uma revolução silenciosa. In: ORTIZ, Carlos (org.). **Convergências da comunicação: olhares à cultura digital**. Aveiro: Ria Editorial, 2021. Cap. 1. p. 21-29.

FADDUL, Juliana. Ondas Migratórias: as emissoras am de alcance local se despedem dos ouvintes brasileiros. **Piauí**, São Paulo, n. 207, p. 78-81, dez. 2023

FARIAS, Karina Woehl de; ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. Ondas de mudança no rádio: do surgimento à migração do AM para FM. **Rádio-Leituras**, v. 8, n. 2, 2017.

FEENBERG, Andrew. Teoría crítica de la tecnología. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad-CTS**, v. 2, n. 5, p. 109-123, 2005.

FERRARETTO, Luiz Artur. Estruturação da mercadoria das emissoras comerciais sob a convergência: apontamentos para uma economia política da indústria radiofônica. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 943-965, dez. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. 152 p.

KANTAR IBOPE MIDIA. **Inside Audio 2024**. São Paulo, 2024. 29 p. Disponível em: <https://kantariibopemedia.com/inside-audio-2024>. Acesso em: 21 out. 2024.

LOPEZ, Debora Cristina. Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. 1ª edição, Covilhã: Labcom Books, 2010, 158 p.

MARTINS, João Cubas. Mudança de faixa : as convergências, rotinas e processos editoriais em emissoras em Curitiba e Região Metropolitana na migração AM/FM. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/89102> Acesso em: 21 out. 2024.

MARTINS, Joao Cubas; FERNANDES, José Carlos. As narrativas envolvidas no processo de migração AM/FM em emissoras da região metropolitana de Curitiba/PR. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 24, p. 1-19, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3zWWGRv>. Acesso em: 21 out. 2024.

MATIAS, Graciela Martínez. La AM en Mexico: luces, sombras y renacimiento. In: PRATA, Nair; BIANCO, Nelia Del; BALLESTEROS, Tito (org.). **La Radio AM en el ecosistema mediático de América Latina y el Caribe**. Florianópolis: Insular, 2023. Cap. 13. p. 277-295.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Migração AM-FM**. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3VhPmbd>. Acesso em: 21 out. 2024.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Sistema Eletrônico de Informações - SEI**. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/40eXdZI>. Acesso em: 21 out. 2024.

MOREIRA, Sonia Virgínia. La radio en Brasil. In: MERAYO, Arturo (coord.). **La radio en Iberoamérica: evolución, diagnóstico y prospectiva**. España: Comunicación Social, 2007.

OLIVEIRA, Robinson. **[Correspondência]**. Destinatário: Agência Nacional de Telecomunicações. [S. l.], 2023. Disponível em: <http://bit.ly/4fgh92E>. Acesso em: 21 out. 2024

PRATA, Nair; BIANCO, Nélia R. del (Org.). **A migração do rádio AM para FM**: Avaliação de Impacto e desafios frente à convergência tecnológica. Florianópolis: Insular, 2018. 394 p.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES. **Pesquisa Pública**. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3Yy0Zft>. Acesso em: 11 out. 2024.

TUDO RÁDIO. **Mood FM vai encerrar suas transmissões no Rio de Janeiro; Estação terá troca de canal com FM da capital**. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3YfwTfp>. Acesso em: 21 out. 2024.